


**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IGARAPAVA - SP**

Aos treze de março de dois mil e vinte e cinco, realizou-se reunião extraordinária, na sala de reuniões do Centro de Referência de Assistência Social: **1. Alinhamento com representante do setor de planejamento acerca do orçamento da Assistência Social.** Não havendo justificativas de ausência a serem registradas, e tendo sido realizada as apresentações dos profissionais presentes, deu-se início a pauta. **1. Alinhamento com representante do setor de planejamento acerca do orçamento da Assistência Social.** Considerando a atribuição deste colegiado na apreciação e aprovação de projeto de lei orçamentária, quando no período de elaboração e, considerando que por anos consecutivos, esse Conselho tem buscado junto aos gestores do Departamento de Desenvolvimento Social, apreciar o projeto antes do envio à câmara, sem êxito até o momento, sendo apresentado como justificativa o não acesso ao documento em sua versão final antes do envio à votação, foi proposto o convite ao representante do setor de planejamento para alinhamento quanto a melhor maneira de garantir a elaboração de um orçamento participativo, com diálogo fluido entre o responsável pela elaboração da peça orçamentária, o Departamento de Desenvolvimento Social e este Conselho. Todo esse contexto já havia sido registrado no ofício número doze de dois mil e vinte e cinco, encaminhado por este conselho à divisão de planejamento, através do qual foi também realizado o convite para participação. O diálogo se iniciou com explanação pelo senhor Arnaldo Terra Neto, responsável pela elaboração das peças orçamentárias no município, acerca do processo de elaboração do projeto de lei orçamentária. Baseando sua fala na listagem das fichas de despesa que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social, ressaltou as várias fases do processo de elaboração e os vários componentes como as diferentes fontes, a análises das receitas e despesas, a importância da coerência entre todos os anexos que compõem o documento e destes com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. O convidado reforçou ainda a importância da provocação deste diálogo, admitindo que, até então, o documento vinha sendo elaborado sem a devida articulação. Ao serem apontados aspectos que na estrutura da lei não se adequam e não condizem com a realidade de trabalho da Política de Assistência Social, em seus diferentes níveis de proteção social - básica, especial de média complexidade e especial de

alta complexidade - reforçou a importância de ser compartilhado de maneira detalhada o que cabe em cada ação identificada no orçamento. Foi mencionado pela secretária executiva capacitação do Fundo Nacional de Assistência Social, e o lançamento da iniciativa Selo FNAS de excelência em execução financeira, sendo que, em decorrência disso, ocorre o monitoramento dos Fundos de Assistência Social dos municípios, entre outras estratégias, através do envio ao ente federal do Quadro Detalhado de Despesas. Desta forma mencionou a total discrepância do quadro do município com o modelo já fornecido pelo ente federal, sendo na atual conjuntura imperiosa a necessidade de adequação. Arnaldo solicitou o encaminhamento do modelo para apreciação e possíveis ajustes para o próximo exercício. No tocante à dúvida levantada acerca de recursos que chegam ao final do exercício e após a elaboração do projeto de lei, senhor Arnaldo mencionou a importância do informe à tesouraria sobre os recursos, com adequado planejamento de utilização, para posterior encaminhamento à câmara de solicitação de abertura de crédito adicional, uma vez, que não tendo sido previsto, não há dotação disponível. Nesta seara, foi abordado o que já ocorreu em situações dessa natureza, na qual a previsão de utilização foi realizada pelo setor financeiro, sem o devido diálogo com a pasta e posteriormente a dotação não atendeu às necessidades das unidades. Arnaldo identificou situação em que aconteceu isso em anos anteriores e ressaltou a importância do envio pelo Departamento o mais próximo possível do recebimento do recurso, para evitar situações como essa. Diante o interesse do Conselho em acompanhar de maneira próxima a elaboração do documento, Arnaldo sugeriu que o Departamento de Desenvolvimento Social já inicie o levantamento das alterações que identificam necessárias, para que em reunião posterior com a divisão de planejamento, detalhe cada ação e cada necessidade, sendo desejável que, até julho do corrente, ano as sugestões sejam encaminhadas. Na oportunidade mencionou que já está sendo iniciada a elaboração do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo o mesmo se comprometido a encaminhar o plano ainda vigente para apreciação e para subsídio ao planejamento pelo Departamento de Desenvolvimento Social. Ao final, dúvidas referentes às fichas foram esclarecidas por Arnaldo, com reforço de aspectos já explanados, tendo sido levantado, por fim, se acerca dos recursos considerados não alocados, como os do Fundo Municipal da Pessoa Idosa e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, assim como Fundo Social de Solidariedade precisam necessariamente estarem vinculados ao Departamento de

Desenvolvimento Social. Arnaldo explicou que não se trata de regra, mencionando inclusive que o fundo social de solidariedade estaria vinculado ao gabinete. No entanto a presidente do Conselho observou que apesar disso o Fundo Social de Solidariedade segue compondo a chamada ficha oito, que é específica da Assistência Social. Para fins práticos, essa é uma situação que compromete em muito a identidade da Política de Assistência Social, sendo comum, tanto a população, como muitos setores da prefeitura, confundirem o Fundo Social de Solidariedade com o Fundo Municipal de Assistência Social e o próprio Departamento de Desenvolvimento Social, sendo que apesar de nomenclatura parecida, não há relação nenhuma entre as atividades desenvolvidas, sendo de extrema relevância a distinção em todas as esferas, inclusive na Lei Orçamentária. Nesse aspecto, Arnaldo sugeriu a abertura de um chamado junto à empresa que presta assessoria ao município, para esclarecimento mais detalhado da dúvida apresentada. Ao término da discussão da pauta foi colocada a palavra livre e não havendo manifestações, a presente reunião foi encerrada com agradecimento aos convidados pela presença e esclarecimentos, e eu, Daniela Fernanda Simião, secretária executiva, redigi a presente ata. Igarapava, treze de março de dois mil e vinte e cinco.

  
Bruna Junqueira Lima Costa

Presidente do CMAS

  
Daniela Fernanda Simião

Secretária Executiva CMAS

Anexo - Lista de presença.